

Canevari em Portugal

Francisco José Gentil Berger
Arquitecto Professor Associado da F.A.U.T.L.
berger@fa.utl.pt

O Arquitecto António Canevari, que nasceu em Roma em 1681 e morreu em Nápoles em 1764, trabalhou em Portugal para D. João V pelos anos trinta do século XVIII. O Rei Magnânimo já em 1725 o contratara para executar em Roma o projecto da sede da Academia dos Árcades "Il Bosco Parrazio" para cuja localização o monarca comprara um terreno na vertente do monte Gianicolo em Trastevere.

É, no entanto, dois anos depois que Canevari é chamado a Portugal como se pode concluir pela sua participação nas festividades relativas ao casamento dos filhos de D. João V, com os filhos do rei Filipe V de Espanha.

Adiantando mesmo que deve ter saído de Roma no mês de Julho de 1727, pois foi a partir desse mês que Nicolla Salvi, seu discípulo, tomou conta do seu atelier e das suas obras em curso, como as do altar da igreja de Santo Eustáquio.

O casamento da princesa D. Maria Bárbara com o Infante D. Fernando príncipe das Astúrias celebrou-se por procuração em Lisboa a 11 de Janeiro de 1728.

Na véspera e no dia do casamento houve fogo de artifício junto ao Palácio Real, que culminou com uma grande máquina pirotécnica cuja concepção se ficou a dever ao arquitecto do nosso estudo.¹

Para ilustrar a grande consideração que o nosso rei nutria por este arquitecto basta dizer que a troca dos príncipes nubentes viria a dar-se no Caia, junto a Elvas um ano depois, no dia 19 de Janeiro de 1729 e que Canevari fez arte do séquito de convidados que assistiram, e se deslocaram de Lisboa com a corte, viajando num coche da casa real com o seu criado ou colaborador Nicolla Moribello.²



Fig. 1 Gravura de António Quillard que representa a máquina pirotécnica que ardeu na noite de 10 de Janeiro de 1728, durante os festejos do casamento da princesa Maria Bárbara filha de D. João V, da autoria de Canevari (Bibl. Nac.)

¹ Frei José da Natividade, *Fasto de Himeneu, História panegírica dos desposórios dos Príncipes do Brazil*, 1752, Livro I, p. 78. "...voltaram logo particularmente ao Palácio, para se logrem dos muitos e bem executados fogos de artifício que houve aquela noite no Terreiro do Paço, para onde entraram pela escada do Forte, e se lograram daquele entretenimento de uma janela, da segunda casa próxima desse mesmo Forte, e ali se lhes mandou refresco de água, doce, e chocolate. Foi de muito divertimento, e singularmente aplaudido um deles do ar, assim pelo muito tempo que durou, como pela suavidade, e rara invenção. Era ela do excelente Arquitecto, António Canavaro, e figurava com bela ideia uma rocha, povoada pela superfície superior por um espesso bosque."

² Idem, e Ayres de Carvalho "D. João V e a Arte do seu tempo" vol. II, p. 368

É pois incontroverso que a sua chegada a Portugal foi em 1727 a convite de D. João V para colaborar nos grandes empreendimentos que o monarca queria levar a cabo. Destes são de salientar o engrandecimento do Paço da Ribeira, (no Terreiro do Paço hoje Praça do Comércio), o aqueduto das Águas Livres, a sagração do monumento de Mafra e a ampliação do respectivo Convento de 200 para 300 monges, para nomear as mais grandiosas, e nas quais Canevari teve participação nos seis anos que permaneceu em Portugal. O teor da sua participação na concepção de Mafra não foi até agora documentado, embora alguns elementos interiores, como por exemplo o grupo escultórico que encimou ao tempo o altar-mor, tenha semelhanças com o que Canevari concebeu para a mesma situação na Igreja de Santo Eustáquio em Roma, (aquele grupo escultórico executado em madeira pelo escultor José de Almeida, encontra-se hoje na Igreja de Santo Estêvão em Alfama).



Fig. 2 e 3 Esculturas, uma da Igreja de Santo Eustáquio em Roma e outra a que esteve sobre o altar na Sagração da basílica de Mafra e hoje está na igreja de Santo Estêvão de Alfama.

O amor de D. João V por tudo o que dizia respeito a Roma e ao Estado Pontifício é conhecido, foi apenas por razões de estado e contra sua vontade que não empreendeu uma viagem a Itália nos primeiros anos do seu reinado, viagem que chegou a estar programada.

No entanto, para minorar essa contrariedade, e pelo fascínio que a arte desse país lhe causava, estabeleceu um forte e permanente intercâmbio artístico com Itália. Mandou fazer modelos de madeira dos monumentos mais importantes feitos em Itália na época, e teve junto à corte, durante todo o seu reinado, um ou mais arquitectos Italianos, bem como teve artistas contratados em Itália, para aí executarem obras que mandou fazer nesse país.

O primeiro logo em 1707 foi Carlo Fontana, seguindo-se-lhe com permanência em Portugal, Carlo Gimach, Filippo Juvara, Carlos Baptista Garvo, António Canevari, João Carlos Bibiena, João Servandoni e terminando em Nicolla Salvi, este em Roma e Luigi Varvitelli que veio a Lisboa superintender a montagem da capela de S. João Baptista em 1748, que o primeiro concebeu e que devido à doença que o levou à morte, não se pode deslocar ao nosso país. A lista não se esgota aqui, apenas lembramos os mais conhecidos, entre muitos grandes nomes da cena artística de Itália.

Canevari durante a sua estadia em Portugal viveu sempre em Lisboa como provam os arquivos da Igreja dos italianos de Lisboa ou Nossa Senhora do Loreto em que Canevari figura como morador na Rua Larga de São Roque, hoje Rua do Alecrim, presente nesta Igreja na Páscoa dos anos de 1728 a 1732.

Vamos seguidamente lembrar as participações de Canevari nas obras e projectos, durante os anos da sua permanência em Portugal e junto à corte de D. João V. Poucas infelizmente, podem hoje ser vistas, porque algumas não resistiram ao devir do tempo e ao cataclismo que Lisboa sofreu em 1755.

O Paço Real

Logo que chegou e durante o ano de 1728, trabalhou na ampliação e remodelação do Paço da Ribeira, Palácio residência da família real. Aí construiu os aposentos dos príncipes que decorou ricamente, construiu de novo o quarto da rainha e a escada monumental que lhe dava acesso e concebeu também a torre do relógio que se pode ver nas duas imagens seguintes.

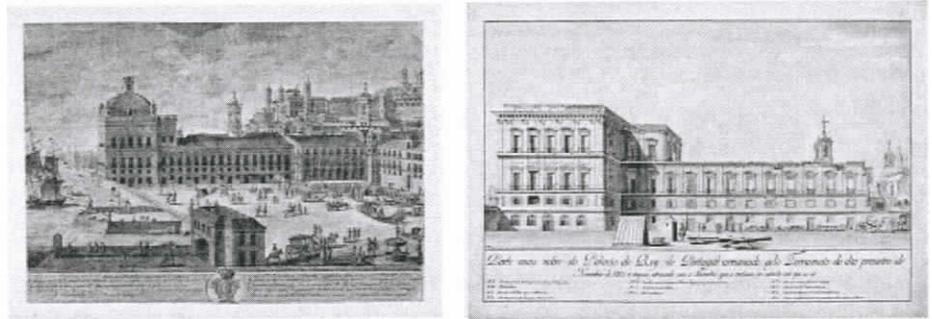


Fig. 4 e 5 Gravuras que representam o Paço da Ribeira antes e depois do terramoto de 1755 (Museu da Cidade)

A observação desta última imagem permite-nos concluir que a torre de Canevari sobreviveu ao terramoto de 1755 e que foi demolida aquando da construção da Praça do Comércio exactamente sobre o Palácio arruinado.

O Aqueduto das Águas Livres

Logo no ano de 1728 Canevari foi chamado a dar opinião sobre a capacidade de se trazer a Lisboa a água que abundava na zona de Caneças em particular na nascente dita da Água Livre.

Quando no ano de 1730 se inicia a construção do Aqueduto das Águas Livres sob a sua direcção, Canevari já provara a sua experiência em obras de hidráulica em Portugal pois já executara o aqueduto do Tojal para o Patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida, bem como melhorara a condução de água ao Palácio Real.

De facto na ampliação e obras do Paço da Ribeira havia providenciado a condução da água necessária ao Palácio desde um poço existente nas Cruzes da Sé, perto da Sé de Lisboa, até ao interior do palácio real por encanamento subterrâneo, com oito saídas diferentes.

Em 1730 é o próprio D. João V que nomeia Canevari arquitecto do aqueduto, e no contrato de arrematação da obra escrito na presença do arquitecto determinase que os mestres pedreiros se comprometem a construir o aqueduto segundo as directrizes do arquitecto Canevari desde as nascentes até Lisboa.

O local de onde parte o aqueduto fica perto de Caneças junto à ribeira de Carenque [Fig. 6] e desse mesmo local na época dos Césares, os Romanos haviam iniciado um aqueduto que abasteceu a Ulissipo Romana. Vestígios do dique da lagoa artificial que abasteceu o aqueduto, ainda hoje se podem ver. [Fig. 7]



Fig. 6 Mãe de Água Velha onde nascia inicialmente o aqueduto das águas Livres

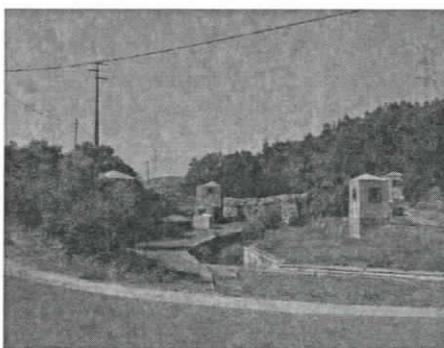


Fig. 7 Restos do dique do tempo dos romanos junto à ribeira de Carenque

Leonardo Turriano, Arquitecto Milanês ao serviço de Filipe III no ano de 1620, afirmava que há quatro caminhos para fazer chegar a água da Fonte da Água Livre a Lisboa.³

Desses, o primeiro (que foi o escolhido um século depois) – “atravessa treze vales e cinco minas num comprimento de cinco léguas e meia; custará um milhão, e tirando-lhe os arcos de Noudel e de Alcântara, passando a água de repuxo, custará 700 mil.”

O quarto segundo o mesmo Turriano – “a renovação do aqueduto antigo dos Romanos, o qual, pode ir mas alto dez palmos que o da estrada, pode dar agua a ambas partes da cidade, a São Roque e sobre a porta de Santo André, como deu antigamente, pois fornece quantidade bastante para elas.”

No Século XVIII ainda eram visíveis ruínas desse aqueduto que abasteceu a parte baixa da cidade junto ao rio. Devia ser esse o traçado que Canevari tinha intenção de seguir e que ainda tinha troços visíveis ao tempo.

Devido à solução que foi seguida com a qual Canevari não concordava, a altura dos arcos do aqueduto que se tornaram necessários para vencer o vale de Alcântara atingiram, os sessenta e três metros acima do solo. Os arcos mais altos, os que vencem o vale propriamente, são em número de 14, têm lugar num comprimento de 941 metros, tendo o maior 63 metros de altura, como disse, e 32,5 metros de vão.

³ Em “Memória Histórica sobre o Abastecimento de Água a Lisboa até ao reinado de D. João V” de Jorge das Neves Larcher a pp. 33 e 34.

A chamada Fonte da Água Livre foi a principal nascente do sistema e a primeira a ser aproveitada e levada ao aqueduto em 1730 no qual entra à cota 172 acima do mar. Esta nascente dista 14255 metros da Mãe de Água do Rato, final do aqueduto em Lisboa à cota 94. As outras nascentes que mais tarde foram encaminhadas para o aqueduto a montante da primeira aumentaram-lhe o comprimento em mais cerca de 5000 metros. Esta parte da obra só foi construída bem depois de Canevari ter partido para Itália.

O Traçado de Canevari em confronto com o de Manuel da Maia

Canevari tinha conhecimento da existência do aqueduto do tempo dos romanos que nascia no mesmo local e fora abastecido por um lago artificial de grandes dimensões que ainda existia no tempo de Francisco de Holanda, que o desenhou na sua obra "Da Fabrica que Falece à cidade de Lisboa" datado de 1571, e que entrava em Lisboa vindo por Palhavã e terminava perto do Tejo junto à antiga mouraria. Deste aqueduto ainda existiam troços visíveis no século XVIII que comprovavam a sua existência e o seu funcionamento por séculos.

Parece-nos que Canevari pretendia seguir o traçado dos seus antepassados, como aliás fizera no Tojal ao seguir o traçado de um aqueduto anterior ao que construiu. Seguindo o traçado antigo não seriam evidentemente necessários os arcos monumentais para atravessar o vale de Alcântara a que o traçado de Manuel da Maia obrigaria.

Manuel da Maia engenheiro militar de grande experiência, por certo invejoso do protagonismo de Canevari, quis por em causa a sua direcção das obras junto à nascente das Águas Livres. Ao fazê-lo estava munido do levantamento topográfico do traçado por si preconizado, para toda a extensão dos catorze quilómetros que comportaria. Canevari não tinha tomado essa precaução.

Instado a apresentar, numa reunião convocada para discutir o traçado do aqueduto, a totalidade do traçado por si preconizado, o arquitecto teve de admitir que ainda não tinha levantado topograficamente todo o seu percurso, por não o julgar imprescindível nesse momento.

Esta afirmação produzida numa reunião pedida pelo rei em face das reticências postas pelos mestres pedreiros à validade do trabalho já executado por Canevari foi-lhe seguramente prejudicial.

No entanto, diferença de cota altimétrica (78 metros) entre as fontes e Mãe de Água do Rato onde terminaria o aqueduto, era suficiente para permitir variantes de traçado para o percurso intermédio de qualquer das soluções propostas. Porém, os mestres pedreiros queriam atacar a obra em múltiplas frentes e não numa única frente desde a nascente; pelo que essa situação não lhes agradava.

Este facto fez pender para o lado de Manuel da Maia a direcção de obra que assim substituiu Canevari, porém por pouco tempo, pois também ele em breve a deixaria.

Este diferendo explica, quanto a mim, o abandono das obras por Canevari, e que tenha sido injustamente classificado de incompetente pelos seus detractores como na diátribe de Francesco Milizia que dizia:

"Ebbe l'incombenza di far un Acquidotto, che riuscì così disgraziatamente, che l'acqua non volle mai scorrervi. Il povero Canevari perciò se ne andò via dal Portogallo colla coda tra le gambe,..." bastante injusta e malévola sentença.

Em Portugal, no entanto, a sua memória não ficou manchada por esse facto, ficou sim enaltecida pelos versos do pintor e académico Vieira Lusitano, que muitos depois ainda o trata por "Insigne Architecto".

O Palácio do Patriarca

Esta é a obra de Canevari que chegou até aos nossos dias mais bem preservada, o pequeno conjunto urbano do Palácio do Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, em Santo Antão do Tojal, que hoje detém uma instituição para rapazes pobres, a Casa do Gaiato.

Esta pequena localidade a poucos quilómetros de Lisboa, desenvolve-se a partir desde núcleo monumental, constituído por um palácio, uma igreja e uma fonte monumental no centro da fachada de um pavilhão, que circundam uma praça por três lados, e á qual se acede por uma alameda murada.



Fig. 8 Palácio de D. Tomás de Almeida, Patriarca de Lisboa em Santo Antão do Tojal, concebido por Canevari

Foi neste pavilhão que esteve alojado D. João V no dia da sagração dos Sinos para a Igreja de Mafra, que foram neste local solenemente benzidos pelo Cardeal Patriarca na sua presença, antes de serem transportados para o seu destino final.

A água que abastece a fonte monumental é trazida por meio de um aqueduto de consideráveis dimensões, também concebido por Canevari, que percorre uma extensão de cerca de dois quilómetros desde o lugar de Pintéus até à fonte.

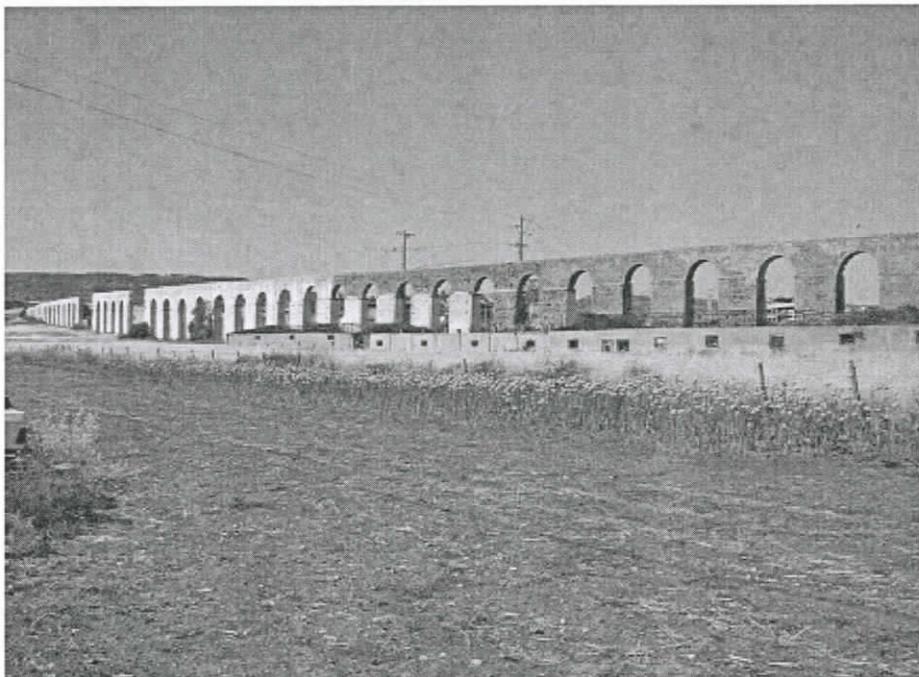


Fig. 9 Aqueduto do palácio obra do arquitecto Canevari que recolhe a água em Pintéus, e que segue o traçado de um aqueduto mais antigo e de menores dimensões

Este pequeno conjunto urbano é uma composição de equilibradas proporções e grande harmonia em que os elementos se conjugam para formar uma pequena e bela jóia barroca.

A antiga casa seiscentista foi ampliada e passou a desenvolver-se em U com um portão armoriado dando acesso a um pátio interior.

A fonte monumental adoçada ao pavilhão novo segue o mesmo princípio, sem a escala e a sumptuosidade, da fonte que faria poucos anos depois, o seu discípulo Giovanni Salvi em Roma, a Fontana de Trevi adoçada esta ao Palácio Poli.



Fig. 10 Portão armoriado do palácio do Patriarca.

A Igreja é dedicada a Nossa Senhora e perdeu praticamente todo o seu recheio, tem um nartex forrado a azulejos azuis e brancos característicos da azulejaria portuguesa da 1ª metade do século XVIII.

A Torre do Relógio da Universidade de Coimbra

Uma obra que propomos seja definitivamente atribuída a Canevari é a torre do relógio da Universidade de Coimbra, conhecida pelos estudantes como a torre da Cabra. (nome dado ao sino que os chamava para as cerimónias académicas). [Fig. 11]



Fig. 11 Torre do relógio da Universidade de Coimbra, cuja concepção atribuímos a António Canevari

Decorria o mês de Outubro de 1728 quando foi enviado à corte um documento em que os responsáveis da Universidade de Coimbra apresentavam o projecto para a construção da torre nova que substituiria a existente, mais modesta e em mau estado de conservação. Na resposta a essa carta, existente nos arquivos dessa universidade,⁴ é afirmado que tendo sido presente aos Arquitectos da corte, – na altura os mais eminentes eram Canevari e Ludovice, –, estes não tinham aprovado a sua arquitectura, e que ao mais perito se mandou fazer o projecto então remetido à universidade em substituição da arquitectura prevista.

É obvio que quer um, quer outro, podiam ser os autores do dito projecto, porém várias razões concorrem para que quanto a mim seja Canevari o autor. Vejamos:

1. Canevari estava permanentemente em contacto com a família real nesse ano pois decorriam nesse ano as obras que executou, como já vimos, no Palácio Real, quanto a Ludovice era o responsável pelas obras de Mafra que decorriam então com grande intensidade para permitir a sacração da Igreja no ano de 1730, e o obrigavam a estar longe de Lisboa.

2. Nesse mesmo ano Canevari tinha sido incumbido de projectar e construir exactamente outra torre a do relógio do Palácio real.

3. A análise da arquitectura da torre em si e dos seus elementos decorativos, apresenta-nos um pormenor “borrominiano” mais próprio de um italiano que de um alemão. Os balaústres do coroamento da torre são alternadamente invertidos à maneira de Borromini, como se pode ver no Oratório de S. Filipe Neri em Roma.



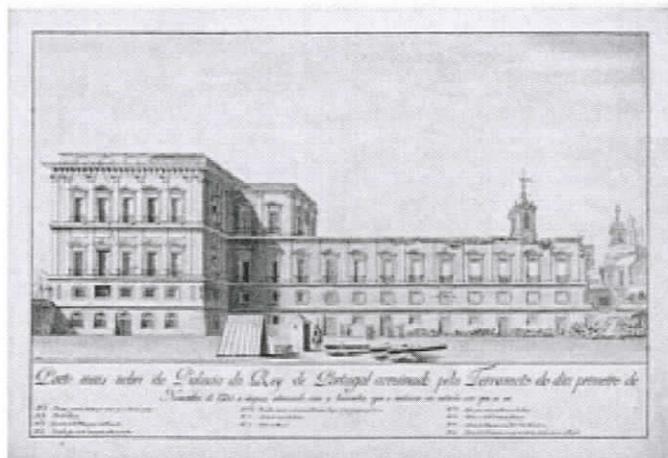
Fig. 12 e 13 Pormenores da balastrada superior da torre da Universidade e balastrada do Oratório de São Filipe Nery em Roma.

⁴ Citado por Ayres de Carvalho “D. João V e a Arte do seu tempo” vol. II p.362

4. As grinaldas que decoram o topo das pilastras e as volutas jónicas sob a cimalha são um elemento decorativo tão grato a Canevari que o empregou em muitas das suas obras, tanto em Itália como em Portugal. Este elemento é para mim uma verdadeira assinatura.

As imagens seguintes ilustram a minha asserção. Vejam, Santo Eustáquio, Estigmas de S. Francisco em Roma, a máquina pirotécnica do Terreiro do Paço, o portão do palácio do Tojal, a torre do relógio do Paço da Ribeira? Por último e consequentemente a Torre da Universidade de Coimbra.

Fig. 14, 15, 16, 17 e 18 Cinco obras de Canevari aqui representadas e que todas apresentam capiteis jónicos com a particularidade de ter grinaldas entre as volutas do capitel.



Penso que assim fica demonstrada a autoria de Canevari de mais esta obra das que concebeu durante a sua estadia em Portugal.

Ayres de Carvalho na sua obra "D. João V e a Arte do seu tempo" atribui também a Canevari a autoria do Palácio do Correio-Mór em Loures e justifica-o pela proximidade entre Loures e Santo Antão do Tojal.

Ora tendo eu dirigido o restauro e remodelação desse palácio durante sete anos de 1967 a 1973, não encontrei nenhum indício quer arquitectónico quer decorativo que se assemelhe a qualquer das obras de Canevari, quer em Portugal, quer em Itália.

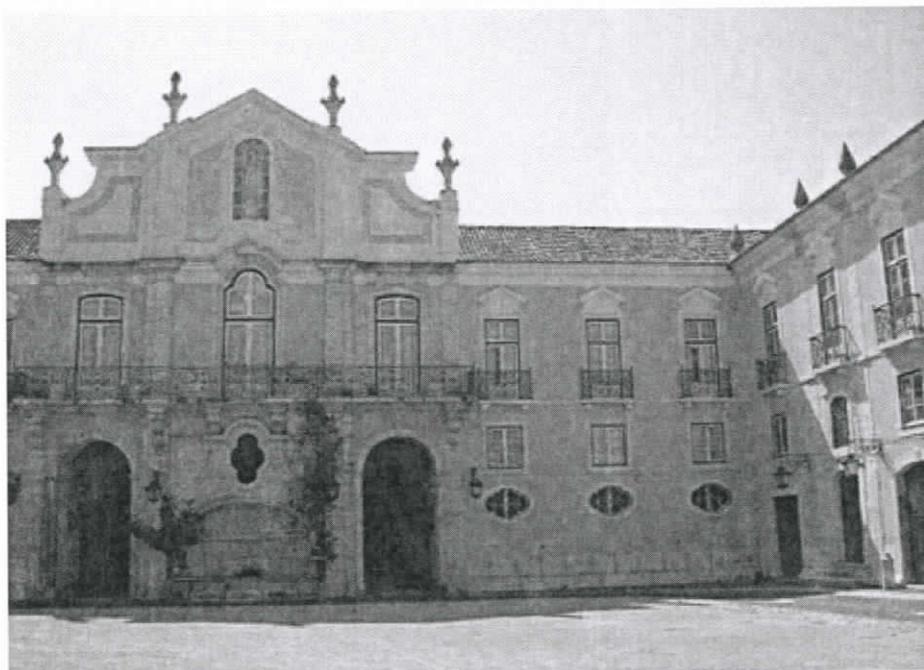


Fig. 19 Capitel das pilastras da torre da Universidade com o mesmo desenho que as imagens anteriores.